NOVA CONCURSOS

caderno de QUESTÕES

- 1000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 01/2026;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1000

QUESTÕES PARA

TJ-SP

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Oficial de Justiça

Língua Portuguesa
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Processual Civil
Direito Constitucional

Direito Administrativo
Direito Civil
Legislação Especial
Matemática e Raciocínio Lógico
Informática

NOVA CONCURSOS

caderno de QUESTÕES

1.000

QUESTÕES PARA

TJ-SP

OFICIAL DE JUSTIÇA

NV-LV376-26-1000-QUESTOES-TJ-SP-OFICIAL
Cód.: 7908428820008

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJ-SP, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca VUNESP, contratada para a realização do certame, para o cargo de Oficial de Justiça, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 01/2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA 13

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS 13
→ SUBSTANTIVO 15
→ ADJETIVO 16
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS 17
→ CORRELAÇÃO VERBAL 19
→ PRONOMES PESSOAIS 20
→ PRONOMES POSSESSIVOS 22
→ PRONOMES RELATIVOS 24
→ ADVÉRBIO 25
→ PREPOSIÇÃO 27
→ CONJUNÇÃO 28
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS 32
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC) 39
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS) 45
→ CRASE 51
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) 57
→ FIGURAS DE LINGUAGEM 62
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) 66
→ GABARITO 79

DIREITO PENAL 83

→ DIREITO PENAL - CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP) 83
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP) 83
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP) 84
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP) 84
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP) 84
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP) 84
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP) 85
→ PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO (ART. 8º DO CP) 85
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP) 86

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)....86
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP)....86
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)....86
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP)....87
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP)....87
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DOS SEGREDOS (ARTS. 153 A 154-B DO CP)....87
→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)....87
→ PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO (ARTS. 294 A 295 DO CP)....88
→ FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO (ART. 296 DO CP)....88
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP)....88
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP)....88
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP)....89
→ FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA (ART. 300 DO CP)....89
→ FALSIDADE DE ATESTADO MÉDICO (ART. 302 DO CP)....89
→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP)....89
→ FALSA IDENTIDADE (ARTS. 307 A 308 DO CP)....89
→ FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO (ART. 311-A DO CP)....89
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)....90
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP)....90
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)....90
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART. 315 DO CP)....90
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)....91
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP)....91
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP)....91
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP)....91
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP)....92
→ VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA (ART. 322 DO CP)....92
→ ABANDONO DE FUNÇÃO (ART. 323 DO CP)....92
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP)....93
→ RESISTÊNCIA (ART. 329 DO CP)....93
→ DESACATO (ART. 331 DO CP)....93
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP)....93
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP)....94
→ DESCAMINHO E CONTRABANDO (ARTS. 334 E 334-A DO CP)....94
→ INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU DE SINAL (ART. 336 DO CP)....94
→ SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO (ART. 337 DO CP)....94
→ SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP)....94
→ CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA (ARTS. 337-B A D DO CP)....94
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP)....95
→ DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP)....96
→ AUTO-ACUSAÇÃO FALSA (ART. 341 DO CP)....96

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ART. 344 DO CP) 96
→ DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL SOBRE PERDA OU SUSPENSÃO DE DIREITO (ART. 359 DO CP) 96
→ GABARITO 96

DIREITO PROCESSUAL PENAL 99

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP) 99
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP) 101
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA 101
→ PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONEXÃO E CONTINÊNCIA) 102
→ DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO (ARTS. 113 A 117 DO CPP) 102
→ DA RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS (ARTS. 118 A 124 DO CPP) 102
→ DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 DO CPP) 103
→ DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 A 154 DO CPP) 103
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP) 103
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP) 104
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP) 104
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP) 105
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP) 105
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP) 105
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) 106
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP) 107
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP) 107
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP) 108
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP) 108
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP) 109
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP) 110
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP) 110
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS 110
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995) 113
→ GABARITO 113

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 115

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15) 115
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988) 115
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16) 116
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20) 116
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41) 116
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69) 117

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76)....119
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102)....120
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)....120
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112)....120
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)....120
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)....121
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181)....122
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184)....122
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211)....123
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217)....123
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235)....123
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259)....124
→ DAS INTIMAÇÕES (ARTS. 269 A 275)....124
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480)....125
→ DA INSPEÇÃO JUDICIAL (ARTS. 481 A 484)....125
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)....125
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568)....127
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673)....127
→ DAS AÇÕES DE FAMÍLIA (ARTS. 693 A 699)....128
→ DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (ARTS. 719 A 770)....128
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796)....129
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909)....129
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008)....130
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014)....130
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020)....131
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026)....131
→ GABARITO....132

DIREITO CONSTITUCIONAL....133

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)....133
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)....134
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)....137
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)....138
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)....139
→ PERDA DA NACIONALIDADE....140
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)....140
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE....140
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)....141
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)....141

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)....143
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)....146
→ DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA (ART. 93 DA CF/1988)....148
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)....148
→ RESERVA DE PLENÁRIO (PODER JUDICIÁRIO, ART. 97 DA CF/1988)....148
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS (ARTS. 125 E 126 DA CF/1988)....149
→ GABARITO....149

DIREITO ADMINISTRATIVO....151

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOUTRINA E LEIS FEDERAIS) - DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)....151
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992)....154
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992)....155
→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 10 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....156
→ PROVIMENTO, EXERCÍCIO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS (ARTS. 11 A 86 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....156
→ DA PROMOÇÃO (ARTS. 87 A 107 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....157
→ DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO (ARTS. 108 A 123 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....158
→ DAS VANTAGENS DE ORDEM PECUNIÁRIA (ARTS. 124 A 170 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....158
→ DAS FÉRIAS (ARTS. 176 A 180 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....158
→ DAS LICENÇAS (ARTS. 181 A 216 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....158
→ DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES (ARTS. 241 A 244 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....158
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 245 A 250 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....161
→ DAS PENALIDADES E DE SUA APLICAÇÃO (ARTS. 251 A 263 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....163
→ DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES (ARTS. 264 A 267 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....164
→ DAS PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS, DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA SINDICÂNCIA (ARTS. 267-A A 267-P DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....165
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS.268 A 271 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....165
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (ARTS. 274 A 307 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....165
→ PROCESSO POR ABANDONO DO CARGO OU FUNÇÃO E POR INASSIDUIDADE (ARTS. 308 A 311 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/19)....166
→ DOS RECURSOS (ARTS. 312 A 314 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....166
→ DA REVISÃO (ARTS. 315 A 321 DA LEI ESTADUAL Nº 10.261/1968)....166
→ GABARITO....167

DIREITO CIVIL....169

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)....169
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21)....170
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)....170
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)....171
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)....171

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69)....171
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78)....171
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97)....172
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103)....172
→ DA REPRESENTAÇÃO (ARTS. 115 A 120)....172
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165)....173
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184)....174
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211)....175
→ PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 212 A 232)....175
→ DO MANDATO (ARTS. 653 A 692)....176
→ DA POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO (ARTS. 1.196 A 1.203)....176
→ DO PENHOR (ARTS. 1.431 A 1.472)....177
→ DA HIPOTECA (ARTS. 1.473 A 1.505)....177
→ DA TUTELA (ARTS. 1.728 A 1.766)....178
→ DA CURATELA (ARTS. 1.767 A 1.783)....178
→ DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS NO INVENTÁRIO (ARTS. 1.997 A 2.001)....179
→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - VIGÊNCIA DAS LEIS (PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES - ART. 1º DA LINDB)....179
→ CONTINUIDADE E REVOGAÇÃO DAS LEIS (CONTINUIDADE, DERROGAÇÃO, AB-ROGAÇÃO, REPRISTINAÇÃO ART. 2º DA LINDB)....179
→ OBRIGATORIEDADE, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS (ARTS. 3º A 5º DA LINDB)....179
→ CONFLITOS NO TEMPO (EFEITOS, ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO, COISA JULGADA - ART. 6º DA LINDB)....179
→ EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - ARTS. 7º A 19 DA LINDB)....179
→ SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30 DA LINDB)....180
→ GABARITO....180

LEGISLAÇÃO ESPECIAL....181

→ DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI Nº 6.830/1980 - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL....181
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.111/2010 - PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES DO TJSP....189
→ TOMO I - CAPÍTULO II: SEÇÃO I - SUBSEÇÕES I E II (ARTS. 5º A 18 DAS NSCJSP)....189
→ TOMO I - CAPÍTULO III: SEÇÕES I, II, III, V, VI E VII (ARTS. 26 A 34, 46 A 86 DAS NSCJSP)....190
→ TOMO I - CAPÍTULO III: SEÇÃO VIII - SUBSEÇÕES I, II E III (ARTS. 87 A 99 DAS NSCJSP)....191
→ TOMO I - CAPITULO III: SEÇÕES IX A XV (ARTS. 103 A 142 DAS NSCJSP)....192
→ TOMO I - CAPITULO III: SEÇÕES XVII A XIX (ARTS. 157 A 189-G DAS NSCJSP)....192
→ TOMO I - CAPÍTULO VII (ART. 994 A 1.091-A DAS NSCJSP)....192
→ TOMO I - CAPÍTULO XI: SEÇÕES I, IV E V (ARTS. 1189 A 1195, 1220 A 1222, 1224 A 1227 DAS NSCJSP)....192
→ TOMO I - CAPITULO XI: SEÇÃO VI - SUBSEÇÕES I, III, V E XIII (ARTS. 1228, 1237 A 1239, 1243 E 1265)....194
→ REGIMENTO INTERNO DO TJSP....194

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ LEI ESTADUAL Nº 11.608/2003 - TAXA JUDICIÁRIA (TJSP)....194
→ RESOLUÇÃO TJSP Nº 850/2021 - REGULAMENTO O TELETRABALHO NO ÂMBITO DO TJ-SP....195
→ RESOLUÇÃO TJSP Nº 963/2025 - GOVERNANÇA E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA EPROC NAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO (TJ-SP)....195
→ DEMAIS NORMAS DO TJSP....195
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS FEDERAIS - RESOLUÇÃO CNJ Nº 354/2020 - CUMPRIMENTO DIGITAL DE ATO PROCESSUAL E DE ORDEM JUDICIAL....196
→ GABARITO....197

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO....199

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS....199
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS)....199
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS....199
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES....201
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA....201
→ PORCENTAGEM....202
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)....203
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU....203
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS....204
→ DEFINIÇÃO, MEDIDA, CONGRUÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS ÂNGULOS....205
→ CÁLCULO DE ÂNGULOS ENTRE PONTEIROS DO RELÓGIO....205
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO....205
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS)....205
→ MATEMÁTICA FINANCEIRA - JUROS SIMPLES....206
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS....206
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA)....206
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE....207
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES....207
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS....208
→ GABARITO....208

INFORMÁTICA....211

→ INFORMÁTICA - WINDOWS 11....211
→ WINDOWS 10....212
→ WORD 2024 E WORD 365 (ASSINATURA DE 2024 EM DIANTE)....212
→ EXCEL 2024 E EXCEL 365 (ASSINATURA DE 2024 EM DIANTE)....213
→ CONCEITOS DE INTERNET....214
→ GOOGLE CHROME....215
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO)....216
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.)....217

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....218
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE) 218
→ MICROSOFT TEAMS.....219
→ GABARITO 220

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS

1. (VUNESP – 2026)

Ideias minhas, multidão de ideias,
Que algum dia da **cítara** fiava
Vinde, trazei-me as horas que eu passava
Ao som de menos ríspidas cadeias:
Bem que tristes, de paz as horas cheias,
Saturno no seu cofre as sepultava,
No feliz tempo em **qu'inda** eu ignorava
Que haviam para mim outras mais feias.
Ide colher aos ermos tenebrosos
Os ais que lá deixei menos sentidos,
Para modelo destes tão queixosos:
Talvez que esses antigos meus gemidos,
Com que eu domava os monstros furiosos,
Hoje abrandem meus fados desabridos.

(Marquesa de Alorna. Sonetos, 2007.)

1 **cítara:** instrumentos de cordas, derivado da lira.

2 **Saturno:** deus que simbolizava o tempo.

3 **qu'inda:** que ainda.

4 **fado:** destino.

5 **desabrido:** áspero, rude.

Diferentemente dos processos de formação vocabular que consistem em acréscimo ou subtração de afixos a um radical, um vocábulo também pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra sem alterações formais. Tal processo é denominado conversão.

Verifica-se uma palavra formada por conversão no seguinte verso:

a) "Ao som de menos ríspidas cadeias:" **(primeira estrofe)**
b) "Os ais que lá deixei menos sentidos," **(terceira estrofe)**
c) "Hoje abrandem meus fados desabridos." **(quarta estrofe)**
d) "Vinde, trazei-me as horas que eu passava" **(primeira estrofe)**
e) "Talvez que esses antigos meus gemidos," **(quarta estrofe)**

---

2. (VUNESP – 2026) Para responder à questão, leia o soneto da poeta portuguesa Florbela Espanca.

O MAIOR BEM

Este querer-te bem sem me quereres, A)
Este sofrer por ti constantemente,
Andar atrás de ti sem tu me veres B)
Faria piedade a toda a gente.

Mesmo a beijar-me, a tua boca mente... C)
Quantos sangrentos beijos de mulheres
Pousa na minha a tua boca ardente,
E quanto engano nos seus vãos dizeres!...

Mas que me importa a mim que me não queiras, D)
Se esta pena, esta dor, estas canseiras,
Este mísero pungir, árduo e profundo,

Do teu frio desamor, dos teus desdéns, E)
É na vida, o mais alto dos meus bens?
É tudo quanto eu tenho neste mundo?

(Florbela Espanca. Sonetos, 2025.)

Verifica-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte verso:

a) "Este querer-te bem sem me quereres," (1ª estrofe)
b) "Andar atrás de ti sem tu me veres" (1ª estrofe)
c) "Mesmo a beijar-me, a tua boca mente..." (2ª estrofe)
d) "Mas que me importa a mim que me não queiras," (3ª estrofe)
e) "Do teu frio desamor, dos teus desdéns," (4ª estrofe)

---

3. (VUNESP – 2025)

SUS amplia a oferta da vacina contra meningite para crianças de 12 meses

O Governo Federal vai ampliar, a partir de 1º de julho, a oferta da vacina ACWY contra meningite para crianças de 12 meses, no Sistema Único de Saúde (SUS). O esquema vacinal, que inclui atualmente duas doses de vacina meningocócica C, uma aos 3 meses e outra aos 5 meses, passará a contar agora com a dose de reforço aos 12 meses da vacina ACWY, que oferece proteção ampliada contra sorogrupos da bactéria que causa a meningite.

A atualização do cronograma vacinal foi arquitetada em 2024, quando a pasta lançou as Diretrizes para o Enfrentamento das Meningites até 2030, para o combate à meningite bacteriana, em parceria com a sociedade civil e organismos nacionais e internacionais, alinhadas com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A meningite é uma doença inflamatória, que atinge as meninges, membranas que revestem o cérebro e a medula espinhal. Pode ser causada por bactérias, vírus, fungos e parasitas; pode, também, ter origem não infecciosa.

Até o momento, em 2025, o Brasil registrou 4.406 casos confirmados de meningite, sendo 1.731 do tipo bacteriana, 1.584 viral e 1.091 por outras causas ou tipos não identificados. As meningites bacterianas são mais frequentes no outono e no inverno. As virais predominam na primavera e no verão.

(Caetano Yamamoto, Correio Braziliense. Disponível em: https://www. correiobra ziliense. com. br/ brasil/ 2025/ 06/ 7187695- sus- amplia- a- oferta- da- vacina- contrameni ngite- para- criancas- de- 12- meses.html. Adaptado)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL

→ DIREITO PENAL - CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

1. (VUNESP – 2026) Carlos praticou extorsão mediante sequestro (crime permanente), mantendo a vítima em cativeiro de 10-1 a 20-1. Em 15-01, entrou em vigor lei nova mais gravosa (novatio legis in pejus), elevando a pena do tipo e modificando, em desfavor do agente, disciplina jurídica incidente sobre o fato. A defesa sustenta que deve incidir integralmente a lei anterior (por ser o início do delito) ou, subsidiariamente, que o juiz "conjugue" fragmentos mais favoráveis de cada diploma para compor um regime globalmente mais benéfico. À luz do art. 2º do CP, da orientação predominante dos Tribunais Superiores e dos enunciados sumulares aplicáveis, assinale a alternativa correta.

a) Em observância ao art. 5º, XL, da CF, impõe-se ao julgador proceder a uma "retroatividade seletiva" por institutos, escolhendo, em cada capítulo (pena-base, causas de aumento, regime, benefícios), o dispositivo mais favorável dentre as leis sucessivas, ainda que o resultado corresponda a regime normativo não previsto integralmente em nenhum dos diplomas.

b) Adota-se solução intertemporal fracionada: aplica-se a lei antiga ao período anterior à vigência da lei nova e a lei posterior ao período subsequente, decompondo-se o crime permanente em marcos temporais autônomos para fins de tipicidade, pena e demais consequências penais.

c) Por força da irretroatividade da lei penal mais gravosa, norma posterior jamais incide sobre condutas iniciadas antes de sua vigência, ainda que a consumação se protrai no tempo; assim, todo crime permanente deve ser regido exclusivamente pela lei em vigor no momento em que teve início o estado de permanência.

d) Incide integralmente a lei anterior, porque o "tempo do crime" fixa-se no primeiro ato executivo e no início da privação da liberdade, sendo juridicamente indiferente a superveniência de lei posterior durante a manutenção do cativeiro, sob pena de retroatividade vedada.

e) Aplica-se a lei nova ao fato, porque, nos crimes permanentes, considera-se o delito praticado enquanto não cessada a permanência, de modo que a superveniência de lei mais grave antes do término do estado antijurídico rege o caso; além disso, não se admite a combinação de leis sucessivas para formar regime híbrido ("lex tertia") por seleção de dispositivos esparsos de diplomas distintos.

---

2. (VUNESP – 2024) Considere que um indivíduo está sendo processado por um determinado crime. Lei posterior ao fato criminoso deixa de considerá-lo crime. Para que a nova lei beneficie o acusado,

a) é necessário que ela entre em vigor antes do oferecimento da denúncia.

b) basta que ela entre em vigor a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da decisão condenatória.

c) é necessário que ela entre em vigor antes do recebimento da denúncia.

d) é necessário que ela entre em vigor antes de proferida a sentença de primeiro grau.

e) é necessário que ela entre em vigor antes do trânsito em julgado.

---

3. (VUNESP – 2023) Indivíduo está sendo processado, ainda em fase de instrução em primeiro grau. Nesse momento, nova lei é publicada e entra em vigor, estabelecendo novas regras de progressão de regime para a execução de pena. Essas novas regras, com relação a esse indivíduo específico

a) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve início da execução de pena.

b) não serão aplicadas.

c) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve sentença.

d) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve trânsito em julgado.

e) apenas serão aplicadas se lhe forem mais benéficas.

---

4. (VUNESP – 2023) Figure a hipótese em que Caio está condenado por crime e, contra a sentença, interpôs recurso de apelação, ainda não julgado. Por sua vez, Tício fora condenado pelo mesmo crime, contudo, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença condenatória, a pena já está sendo executada. Figure, ainda, que na pendência do recurso de apelação de Caio e durante a execução da pena de Tício, a conduta deixa de ser tipificada criminalmente. Nessa hipótese, é correto afirmar que

a) Caio e Tício terão a punibilidade extinta.

b) nenhum dos dois terá a punibilidade extinta.

c) Caio será absolvido, e Tício terá a punibilidade extinta.

d) apenas Caio terá a punibilidade extinta.

e) apenas Tício terá a punibilidade extinta.

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

5. (VUNESP – 2026) Durante grave crise sanitária, foi editada lei penal temporária com vigência expressamente limitada a determinado período, tipificando conduta até então atípica. Encerrada sua vigência, descobriu-se que determinado agente praticou a conduta durante o período de eficácia da lei. Nessa situação, é correto afirmar que a lei

a) é dotada de utratividade e será aplicada ao agente.

b) não poderá ser aplicada, em razão da "abolitio criminis".

c) poderá ser aplicada, apenas, se mais benéfica ao agente.

d) perde toda eficácia penal após o término de sua vigência.

e) será aplicada, apenas, se a denúncia tiver sido oferecida antes de sua revogação.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)

1. (VUNESP – 2026) A respeito do acordo de não persecução penal previsto no art. 28-A do CPP, com base na jurisprudência dominante das Cortes Superiores, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o STJ e o STF diante da natureza híbrida do acordo de não persecução penal, aplica-se ao instituto o princípio da norma penal mais benéfica, de modo que é possível a sua celebração em casos de processos em andamento quando da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, desde que existente confissão do réu até aquele momento e que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado da condenação.

b) Conforme o STJ, a ciência da recusa do Ministério Público em propor o acordo de não persecução penal deve se dar por meio de notificação extrajudicial ao investigado, que poderá requerer a remessa dos autos ao órgão de revisão ministerial, na forma do art. 28-A, § 14, do CPP.

c) Segundo o STJ, para a aferição da pena mínima em abstrato necessária à propositura do acordo de não persecução penal, aplica-se a teoria da pior das hipóteses, segundo a qual se deve levar em consideração as frações máximas das majorantes e as frações mínimas das causas de diminuição de pena.

d) Consoante o STJ, o acordo de não persecução penal é cabível em ações penais privadas, mesmo após o recebimento da queixa-crime, e o Ministério Público possui legitimidade supletiva para propô-lo quando houver inércia ou recusa infundada do querelante.

e) De acordo com o STJ e o STF, não é possível a aplicação do acordo de não persecução penal no âmbito da Justiça Militar, haja vista a ausência de disposição legal.

---

2. (VUNESP – 2026) A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.

a) Nos crimes de ação pública condicionada, a representação deverá ser necessariamente escrita e conter assinatura autenticada do ofendido ou de seu representante legal.

b) Na ação privada, o querelante poderá escolher contra quais autores conhecidos oferecerá a queixa, em razão do princípio da disponibilidade.

c) Diante da inércia do órgão acusador em propor a ação pública no prazo legal, o ofendido poderá oferecer queixa subsidiária, cabendo ao órgão ministerial aditála, repudiá-la e apresentar denúncia substitutiva, além de retomar a ação em caso de negligência do querelante.

d) O requerimento de arquivamento da investigação autoriza o ofendido a propor ação privada subsidiária, caso discorde das razões apresentadas.

e) Na ação privada, o perdão concedido pelo ofendido constitui ato unilateral e produz efeitos independentemente da aceitação do querelado.

---

3. (VUNESP – 2025) Considere a seguinte situação hipotética: Maria é esposa de José, filha de Ana, mãe de Cristiano e irmã de Cleófas. Maria é querelante em queixa-crime e desaparece no curso do processo, sendo declarada ausente por decisão judicial.

Nesse cenário, de acordo com os artigos 31 e 36 do CPP,

a) se Cleófas e Cristiano quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.

b) extingue-se o direito de queixa.

c) se Cristiano e Ana quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a esta.

d) se Cristiano e José quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.

e) José tem preferência para prosseguir na ação penal.

---

4. (VUNESP – 2025) De acordo com o CPP, ao término do inquérito policial por crime de ação penal pública, caso a vítima não concorde com seu arquivamento, poderá,

a) diante da inércia, mas dentro do prazo prescricional, propor ação penal privada subsidiária da pública.

b) no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.

c) no prazo de 120 (cento e vinte) dias, propor ação autônoma de impugnação, a fim de pleitear o direito líquido e certo de ver o ofensor criminalmente processado.

d) diante da inércia, mas dentro do prazo prescricional e decadencial, propor queixa-crime.

e) apenas, valer-se da esfera cível, tendo em vista que tal desfecho não admite qualquer irresignação.

---

5. (VUNESP – 2025) Assinale a alternativa correta sobre a ação penal pública condicionada.

a) Se o ofendido morrer ou for declarado ausente, o direito de representação se extingue automaticamente.

b) A nomeação de curador especial não cria a obrigação de fazer a representação, e sim a de analisar a conveniência de agir.

c) Feita a representação apenas em relação a um, não poderá ser oferecida denúncia em relação aos demais partícipes do mesmo fato.

d) Mesmo antes de oferecida a denúncia, a representação será irretratável.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15)

1. (VUNESP – 2026) De acordo com O Novo Processo Civil Brasileiro, de Alexandre Câmara, é correto afirmar, em consonância com a teoria do isolamento dos atos processuais que

a) será afastada a incidência da lei processual brasileira sempre que haja previsão em sentido diverso em tratado internacional de que o Brasil seja parte.

b) a lei processual nova entra em vigor imediatamente, alcançando os processos em curso no momento de sua entrada em vigor.

c) incidirá, nos processos que tramitam perante o Judiciário brasileiro, a lei processual brasileira (lex fori), afastando a lei processual estrangeira.

d) a lei nova alcança os processos em curso, podendo abranger atos processuais já praticados, desde que não encerrada a fase processual na qual foram praticados.

e) o Código de Processo Civil veicula a lei processual comum, a ser aplicada como regra geral a todos os processos judiciais ou administrativos em curso no Brasil, ressalvada apenas a existência de lei específica.

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)

2. (VUNESP – 2026) De acordo com a doutrina, o aspecto substancial do princípio do contraditório é denominado de

a) eficiência.

b) duração razoável do processo.

c) devido processo legal.

d) publicidade.

e) ampla defesa.

---

3. (VUNESP – 2026) O juiz prolatou sentença fundamentada em fundamento fático-jurídico não debatido previamente pelas partes, sob o fundamento que se tratava de matéria cognoscível de ofício.

Acerca de tal conduta, pode-se corretamente afirmar que é

a) correta, pois compete ao juiz, em atenção ao princípio da primazia da decisão de mérito, decidir definitivamente a demanda, devendo conhecer as matérias de ordem pública de ofício.

b) correta, pois, de acordo com o princípio da razoável duração do processo, este deve ser encerrado, com decisão de mérito, o mais rapidamente possível, sendo dever do juiz considerar matérias de ordem pública cognoscíveis de ofício.

c) incorreta, pois qualquer matéria somente pode ser objeto de decisão se trazida pela parte interessada, sob pena de decisão nula extra petita.

d) incorreta, pois qualquer matéria somente pode ser objeto de decisão se trazida pela parte interessada, sob pena de decisão nula ultra petita.

e) incorreta, pois o juiz violou o princípio da não surpresa que veda a utilização de fundamento fático-jurídico não debatido previamente pelas partes, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício.

---

4. (VUNESP – 2024) O princípio da primazia do julgamento do mérito tem por objetivo

a) a superação dos vícios processuais sanáveis, ainda que tenha de ser cumprida alguma determinação judicial.

b) a análise direta do cerne do litígio, a despeito da existência de nulidade insanável.

c) a fixação dos pontos controvertidos em audiência de instrução e julgamento, para que o juiz possa proferir sentença de mérito.

d) o exame e a superação da matéria preliminar, convertendo- se o julgamento em diligência, em busca da extinção do processo com fundamento na falta de uma das condições de admissibilidade da ação.

---

5. (VUNESP – 2024) Quando o juiz profere uma decisão de ofício acerca de uma questão de ordem pública, sem que sobre ela se tenha garantido às partes oportunidade para prévia manifestação, é correto dizer que a decisão estará

a) simplesmente aplicando a regra processual constante do Código de Processo Civil que lhe autoriza decidir de ofício sobre matéria de ordem pública.

b) garantindo a aplicação da tradicional e vigente regra processual da mihi factum, dabo tibi ius ("dá-me os fatos que te darei o direito").

c) sujeita ao chamado reexame necessário, momento no qual será aberta às partes a oportunidade de manifestação.

d) dando aplicação ao princípio da eficiência e da duração razoável do processo, uma vez que isto contribui para a celeridade na prestação jurisdicional.

e) agindo em violação ao princípio do contraditório, o qual envolve a participação com influência na formação do resultado e a chamada "não surpresa".

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (VUNESP – 2026) Uma determinada pessoa fraudou o processo de naturalização. Em relação aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela feriu o princípio

a) da soberania.
b) da dignidade da pessoa humana.
c) dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
d) da cidadania.
e) do pluralismo político.

---

2. (VUNESP – 2026) De acordo com o disposto na Constituição Federal, o pluralismo político é um dos

a) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assim como a dignidade da pessoa humana.
b) fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
c) princípios que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assim como a não intervenção.
d) direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, assim como a solução pacífica dos conflitos.
e) fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como a independência nacional.

---

3. (VUNESP – 2026) De acordo com o previsto na Constituição Federal Brasileira, são princípios da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais

a) sociedade livre, justa e solidária.
b) desenvolvimento nacional.
c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
d) igualdade entre os Estados.
e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

---

4. (VUNESP – 2026) Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal Brasileira, assinale a alternativa correta.

a) Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são harmônicos e dependentes entre si.
b) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
c) O poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos pelo voto secreto e obrigatório, vedando-se seu exercício direto.
d) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
e) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros princípios, por meio da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

---

5. (VUNESP – 2026) Existem 05 (cinco) princípios no Direito Constitucional. Um deles está relacionado à participação ativa dos indivíduos na vida política, jurídica e social do país. Ele garante o direito ao voto, à fiscalização do poder público e ao exercício de direitos civis e sociais.

Trata-se do princípio

a) da soberania.
b) da cidadania.
c) da dignidade da pessoa humana.
d) dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
e) do pluralismo político.

---

6. (VUNESP – 2026) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, segundo o art. 1º da Constituição Federal:

a) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
b) a soberania, a cidadania, a propriedade privada, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
c) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a defesa da paz e o pluralismo político.
d) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e a erradicação da pobreza.
e) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e a garantia do desenvolvimento nacional.

---

7. (VUNESP – 2026) Tendo em vista os princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil, pode-se corretamente afirmar que

a) são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOUTRINA E LEIS FEDERAIS) - DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)

1. (VUNESP – 2026) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (LIA), caracteriza-se como um ato de improbidade administrativa a seguinte situação:

a) exercício da função pública ou desempenho de competência pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito.
b) desempenho de competência pública, com comprovação de ato culposo com fim ilícito.
c) exercício da função pública, com comprovação de ato culposo com fim lícito.
d) exercício da função ou desempenho de competência pública, com comprovação de ato doloso com fim lícito.
e) desempenho de competência pública, com comprovação de ato doloso ou culposo independentemente do fim lícito ou ilícito.

---

2. (VUNESP – 2026) Considerando as alterações promovidas pela Lei no 14.230, de 25 de outubro de 2021, na Lei no 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta acerca da responsabilização dos agentes públicos.

a) Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, mandato, cargo, emprego ou função pública, desde que remunerados pelo ente público.
b) Regra geral, os sócios, diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, exceto se ficarem comprovadas sua participação e percepção de benefícios diretos.
c) O mero exercício da função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
d) Não se sujeita às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa o particular, pessoa física ou jurídica, ainda que tenha celebrado com a administração pública convênio ou contrato administrativo.
e) O particular, pessoa física, mesmo não sendo agente público, sujeita-se às sanções da Lei no 8.429/1992 quando restar comprovado que induziu ou concorreu, de forma dolosa ou culposa, para a prática do ato de improbidade.

---

3. (VUNESP – 2026) À luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, considerando ainda a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e demais leis aplicáveis, é correto afirmar que pratica ato de improbidade administrativa:

a) O servidor público municipal que, em grave e revoltante ofensa à imparcialidade e à impessoalidade, promove o direcionamento de procedimento licitatório, frustrando seu caráter concorrencial, com vistas à obtenção de benefício para amigo seu, consistente na adjudicação do contrato administrativo, que veio efetivamente a ser firmado, ainda que não se tenha verificado, durante a execução contratual, qualquer prejuízo ao erário.
b) O Secretário da Fazenda que, por erro inescusável, deixando de observar as regras legais mais comezinhas atinentes ao exercício do seu cargo, contrai dívida milionária em nome do Município, causando enorme prejuízo aos cofres da municipalidade.
c) Agente de trânsito que solicita propina de R$ 300,00 (trezentos reais) para deixar de emitir multa de trânsito e remover veículo, mas não chega a receber a vantagem ilícita, pois o motorista se recusa a pagá-la.
d) O monitor de abrigo municipal que, dolosamente, pratica atos de tortura contra criança sob seus cuidados, durante o exercício de suas funções públicas, em flagrante ofensa aos princípios da Legalidade e da Moralidade.
e) Empresários que, em conluio, frustram dolosamente a licitude de processo licitatório, por meio da combinação de valores, ensejando o sobrepreço do objeto da licitação e acarretando, assim, perda patrimonial efetiva ao ente público durante a execução do contrato que vem a ser firmado.

---

4. (VUNESP – 2026) João é um agente público que participa de processos de licitação e detém amplo conhecimento sobre os editais e os detalhes das propostas dos participantes no procedimento licitatório. Ele recebe de uma das empresas concorrentes R$1.000.000,00 (um milhão de reais) pela assessoria no procedimento, que consiste em orientar a empresa contratante sobre o valor da proposta que deve ofertar, para que possa ser melhor que a de suas concorrentes, valendo-se das informações a que tem acesso em razão de seu cargo. De acordo com as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), João

a) não cometeu nenhum ilícito, pois não houve dolo de lesar o erário público, e sem dolo não há tipificação.
b) cometeu atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, pois a perda patrimonial do erário é presumida.
c) não cometeu nenhum ilícito, pois não cabia a ele a escolha da empresa ganhadora do procedimento licitatório.
d) cometeu dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, pois valeu-se de suas atribuições de agente público.
e) não cometeu nenhum ilícito, pois não causou danos ao erário público, o que é fundamental para a tipificação de ato de improbidade.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO CIVIL

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (VUNESP – 2026) José, de 16 anos, namorava Maria, de 17 anos. Após dois meses de namoro, eles decidiram comprar um imóvel para morarem juntos, sem a ciência e o consentimento dos pais. José era empregado celetista em uma empresa de telefonia, e Maria era estagiária em uma empresa multinacional. José, por receber um salário alto, possuía economia própria, razão pela qual ele e Maria firmaram um compromisso de compra e venda por instrumento particular, pelo qual se comprometeram a pagar de entrada o percentual de vinte por cento do valor do imóvel. Após, tiveram um desentendimento, romperam o namoro e decidiram alegar serem incapazes para assinar o compromisso de compra e venda para desistir do negócio firmado. Anote-se que, ao assinarem o compromisso de compra e venda, declararam-se maiores de dezoito anos.

Tendo em vista a disciplina constante do Código Civil relativa à capacidade das pessoas, é correto afirmar que

a) José e Maria são menores de idade e somente poderiam subscrever o negócio jurídico se assistidos por seus representantes legais, razão pela qual existe nulidade relativa.
b) José é plenamente capaz, e Maria é relativamente incapaz, razão pela qual esta deveria ter sido assistida por seus representantes legais, mas, como declarou-se maior, não pode se eximir da obrigação ajustada.
c) ambos são maiores de idade, em razão das suas atividades econômicas, que lhes permitem ter economia própria.
d) José e Maria são relativamente incapazes, razão pela qual deveriam ter sido assistidos por seus representantes legais, mas, como declararam-se maiores, não podem se eximir da obrigação ajustada.
e) o negócio é nulo de pleno direito, pois o compromisso de compra e venda deveria ter sido firmado por instrumento público.

---

2. (VUNESP – 2026) Mariana, com dezesseis anos completos, foi emancipada por seus pais mediante instrumento público, levado a registro, sem que houvesse homologação judicial. Posteriormente, questionou-se a validade do ato e a anterior condição civil de Mariana.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) A emancipação foi válida, pois, tendo Mariana dezesseis anos completos, a concessão dos pais por instrumento público independe de homologação judicial.
b) A emancipação por concessão dos pais somente produz efeitos após homologação judicial, ainda que formalizada por instrumento público.
c) Antes da emancipação, Mariana era absolutamente incapaz, pois a incapacidade absoluta alcança os menores de dezoito anos.
d) A emancipação dependeria, em qualquer hipótese, da concordância conjunta de ambos os pais, sendo nula a concessão por um só deles.
e) A capacidade de direito de Mariana teve início apenas com a emancipação, momento em que passou a ser titular de direitos na ordem civil.

3. (VUNESP – 2024) Sra. Helena, uma senhora de 67 anos, teve que ser submetida a uma cirurgia no quadril. Para realizar o procedimento, a Sra. Helena foi ser submetida à anestesia geral, ficando inconsciente durante toda a operação. Nessa situação específica, é correto afirmar que a Sra. Helena é

a) capaz.
b) relativamente incapaz.
c) relativamente incapaz apenas a certos atos ou à maneira de os exercer.
d) incapaz, devendo ser representada para o caso de tomada de qualquer decisão.
e) absolutamente incapaz.

---

4. (VUNESP – 2024) Nos termos da Lei, serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal.
b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima.
c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente.
d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.
e) as sentenças declaratórias de ausência.

---

5. (VUNESP – 2023) De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

a) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
b) os menores de 16 (dezesseis) anos.
c) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
d) os pródigos.

---

6. (VUNESP – 2023) Francisca, com 16 anos de idade, deseja vender um imóvel que recebeu como herança de seus pais. Entretanto, sua avó, Ana, alega que Francisca é absolutamente incapaz e, portanto, não possui capacidade para realizar tal negócio. Diante dessa situação, considerando as normas do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Francisca, por ser maior de 16 anos e menor de 18 anos, é considerada relativamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
b) Francisca, por ter 16 anos de idade, é considerada absolutamente capaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança sem qualquer restrição legal.
c) Francisca, por ser menor de 18 anos, é considerada absolutamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
d) Francisca, por ter 16 anos de idade completos, é considerada relativamente incapaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança nos termos da lei.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

→ DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI Nº 6.830/1980 - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL

1. (VUNESP – 2026) De acordo com o disposto na Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, o despacho do Juiz que deferir a inicial da execução fiscal importa em ordem para

a) citação pessoal.
b) registro da penhora ou do arresto, desde que mediante pagamento de custas ou outras despesas.
c) avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
d) arresto, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia.
e) penhora, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar.

---

2. (VUNESP – 2026) A procuradoria do Estado W propôs ação de execução fiscal contra a empresa ABC Ltda. Citada validamente para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida ou garantir a execução, a empresa manteve-se inerte, sem qualquer reação ou manifestação em juízo. Com base na legislação nacional, é correto afirmar, sobre esse caso, que

a) o juiz da causa deverá determinar a citação da empresa executada por meio de edital, a fim de obter sua manifestação no processo.
b) mesmo sem a garantia da dívida, a empresa poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da citação, embargar a execução.
c) a não indicação de onde estão os bens sujeitos à penhora, após intimação, é considerada atentatória à dignidade da justiça, ensejando a aplicação de multa.
d) se houver débitos em execução por outros entes da Federação sob a mesma jurisdição, o juiz da causa deverá necessariamente reunir os processos.
e) caso decretada a falência da empresa ABC Ltda. após ajuizamento da execução, esta ficará sujeita ao juízo universal da falência e ao concurso de credores.

---

3. (VUNESP – 2026) A Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, dispõe detalhadamente sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

À luz desse normativo, é correto afirmar que

a) o executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros, a multa de mora e os encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
b) são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução, devendo o executado alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar documentos e rol de testemunhas.
c) somente o depósito em dinheiro, na forma da Lei nº 6.830/1980, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e pelos juros de mora.
d) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da recuperação judicial, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
e) é defeso a penhora que recaia sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.

---

4. (VUNESP – 2026) A Lei de Execução Fiscal – Lei no 6.830/1980 constitui o principal instrumento jurídico para a recuperação de créditos públicos e para a garantia da higidez financeira do Estado. Assinale a alternativa correta de acordo com a referida Lei.

a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência.
b) Caso a citação ao executado pelo correio e a data da entrega da carta for omitida, no aviso de recepção, será considerada realizada 10 (dez) dias úteis após a entrega da carta à agência postal.
c) No caso de embargos à execução, ao recebê-los, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
d) Havendo embargos à execução, não se realizará audiência se versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental.
e) Nas hipóteses de embargos à execução previstas na Lei no 6.830/1980, nas quais seja dispensada a audiência, o juiz proferirá a sentença no prazo de 20 (vinte) dias.

---

5. (VUNESP – 2025) No que diz respeito aos embargos do executado, em sede de execução fiscal, é correto afirmar que

a) eventuais exceções de suspeição, incompetência ou impedimento deverão ser arguidas em como preliminares e serão processadas e julgadas antes do julgamento dos embargos.
b) a reconvenção e a compensação serão analisadas como preliminares e processadas e julgadas juntamente com os próprios embargos.
c) tratando-se de execução por carta, os embargos serão oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante para instrução e julgamento, salvo quando tiverem por objeto vícios e irregularidades do próprio Juízo deprecado.
d) o executado poderá oferecê-los no prazo de 30 dias contados da citação, oportunidade na qual poderá oferecer rol de até duas testemunhas ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.
e) a garantia da execução constitui-se em exigência absoluta, condição sem a qual não são admissíveis os embargos do executado.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (VUNESP – 2026) A tabela a seguir mostra os números de vendas realizadas no mês de janeiro por 4 vendedores e indica que as vendas do vendedor K é desconhecida:

Vendas em janeiro

Vendedor	Número de vendas
F	7
G	12
H	8
J	9
K	?

Em janeiro, a média aritmética dos números de vendas desses cinco vendedores foi uma unidade a mais do que a média aritmética dos números de vendas dos vendedores F, G, H e J.

Em janeiro, o número de vendas do vendedor K superou o número de vendas do vendedor H em um número de unidades igual a

a) 9.
b) 8.
c) 7.
d) 6.
e) 5.

---

2. (VUNESP – 2026) Nos 10 primeiros dias de março, Marina caminhou, em média, 4,6 km por dia e, nos 21 últimos dias desse mesmo mês, ela caminhou 3,8 km por dia. Considere que d represente o dia do mês de março tal que, do dia 1 ao dia d, Marina caminhou, em média, 4,3 km por dia. O dia d é o dia

a) 19.
b) 17.
c) 22.
d) 16.
e) 25.

→ MATEMÁTICA - NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS)

3. (VUNESP – 2025) Um professor pediu que seus alunos propusessem propriedades válidas para operações e ordenação de dois números reais, x e y, quaisquer.

Três de seus alunos apresentaram as seguintes hipóteses:

André: Se x > y, necessariamente x2 > y2.

Bruno: Se x > y > 0, necessariamente $x^2 - y^2$ será maior do que zero.

Caio: Se x $\neq$ y, podemos calcular $\frac{x+y}{x-y}$, que será sempre maior do que zero.

Considerando-se as três hipóteses,

a) André está certo, e apenas ele.
b) Caio está certo, e apenas ele.
c) Bruno está certo, e apenas ele.
d) André e Caio estão certos, e apenas eles
e) Bruno e Caio estão certos, e apenas eles.

---

4. (VUNESP – 2025) Cury, no livro intitulado Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos, aborda alguns erros cometidos por alunos, entre eles, o denominado erro de "saliência visual".

Assinale a alternativa que contém um erro de "saliência visual", como abordado por Cury, sendo a > 0 e b > 0 números reais, e x uma incógnita real diferente de zero.

a) $-ax = b \Rightarrow x = \frac{b}{a}$
b) $\sqrt{a+b} = \sqrt{a} + \sqrt{b}$
c) $a + b = 0 \Rightarrow a = b$
d) $\sqrt{x^2} = x$
e) $ax = b \Rightarrow x = b - a$

→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS

5. (VUNESP – 2026) Fernando tinha uma altura de 1,47 metro. Após um tratamento, ele cresceu 2/7 dessa altura, ficando com

a) 1,89 metro.
b) 1,86 metro.
c) 1,75 metro.
d) 1,68 metro.

---

6. (VUNESP – 2026) Solano tem uma receita de cocada que leva 4 ovos, 820 g de leite condensado, 300 mL de leite de coco e 120 g de coco ralado. Ele tem à sua disposição 9 ovos, 1.500 g de leite condensado, 580 mL de leite de coco, 210 g de coco ralado e quer utilizar a maior quantidade possível desses ingredientes, e manter a proporção proposta pela sua receita.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

INFORMÁTICA

→ INFORMÁTICA - WINDOWS 11

1. (VUNESP – 2026) No ambiente de trabalho do sistema operacional MS-Windows 11, na configuração padrão, o que ocorre na situação em que um usuário copia um segundo item, caso o histórico da Área de Transferência tenha sido previamente desativado?

a) É exibido um aviso antes de substituir o primeiro item.
b) É possível colar o primeiro item usando Colar Especial.
c) O novo item substitui o item copiado anteriormente.
d) Os dois itens estarão disponíveis para colagem.
e) Todos os itens copiados são salvos no disco local.

---

2. (VUNESP – 2026) Ao clicar com o botão secundário do mouse (normalmente o direito) sobre o ícone do Microsoft Word fixado na barra de tarefas do Windows 11, na sua configuração padrão, qual das alternativas descreve corretamente o que será exibido?

a) Um menu com opções para alterar o tema do Word e configurar o idioma.
b) Uma janela que lista os documentos que foram excluídos e transferidos para a lixeira.
c) Um menu de contexto com atalhos para arquivos recentes e opção de desafixar o aplicativo.
d) Um painel de controle com ferramentas de edição de texto.
e) Um assistente virtual para digitação automática de documentos.

---

3. (VUNESP – 2026) Considerando a Área de Transferência do MS-Windows 11, em sua configuração padrão, assinale a alternativa verdadeira.

a) Para colar algo do histórico da Área de Transferência, usa-se o atalho Ctrl + Alt + V.
b) O histórico da Área de Transferência não vem ativo por padrão no MS-Windows 11.
c) Pode-se ativar e desativar o histórico da Área de Transferência por meio do atalho Windows + H.
d) Automaticamente, o histórico da Área de Transferência é compartilhado entre todos os usuários locais do MS-Windows 11.
e) O histórico da Área de Transferência é sincronizado via nuvem caso não tenha internet.

---

4. (VUNESP – 2026) Um servidor público, utilizando o Explorador de Arquivos do Windows 11, ambos em sua configuração padrão, se deparou com documentos com diferentes tipos de extensão.

Nesse caso, a extensão dos arquivos indica

a) se o arquivo pode ou não ser levado à Lixeira.
b) se o arquivo está ou não armazenado na Área de Transferência.
c) o tipo do arquivo e o programa associado para sua abertura.
d) o tamanho máximo permitido para cada um.
e) o local físico do arquivo na estrutura de pastas.

---

5. (VUNESP – 2026) Usuários, que precisam usar múltiplos aplicativos em tela cheia, podem fazer uso intenso de alternância entre as janelas de tais aplicativos. Para alternar entre janelas de aplicativos diferentes em um mesmo desktop com MS-Windows 11, em sua configuração padrão, pode ser usado o atalho _____ para mostrar as janelas abertas permitindo escolher e navegar rapidamente entre elas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

a) Alt + Tab
b) Ctrl + Tab
c) Shift + Tab
d) Windows + Ctrl
e) Ctrl + Shift

---

6. (VUNESP – 2025) Na Área de Trabalho do MS-Windows 11, em sua configuração padrão, um usuário possui o seguinte arquivo:

file.exe

Então, o usuário selecionou o arquivo file.exe e pressionou F2. A ação resultante é

a) o arquivo ser apagado e enviado para a Lixeira.
b) o arquivo ser apagado definitivamente, sem ir para a Lixeira.
c) abrir a janela de propriedades do arquivo.
d) o arquivo estar pronto para ser renomeado.
e) executar o arquivo file.exe como programa executável.

---

7. (VUNESP – 2025) Um profissional, usando o MS-Windows 11 na configuração padrão, deseja que um arquivo armazenado no disco rígido não seja exibido na tela do computador. Primeiro, ele desativou a visualização de itens ocultos no Explorador de Arquivos. Em seguida, para iniciar o processo de ocultação do arquivo ainda exibido pelo Explorador de Arquivos, clicou com o botão secundário do mouse sobre o nome desse arquivo e selecionou qual opção no menu que se abriu?

a) Compartilhar.
b) Editar.
c) Novo.
d) Propriedades.
e) Renomear.

---

8. (VUNESP – 2024) Assinale a alternativa correta em relação à Área de Transferência do sistema operacional Windows 11.

a) Uma novidade do Windows 11 é a cópia de textos e imagens da Área de Transferência de um computador para outro, transferidos por meio de e-mails.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO